

**AÇÕES COM INTERVENÇÃO DA CCDR CENTRO NO ÂMBITO DA GESTÃO TERRITORIAL**

| Atividades   |   | Entidades/externas<br>internas                    | Âmbito legal da consulta   | Prazo legal        |
|--|---|---|--|--------------------|
| Parecer prévio de localização sobre a pesquisa/exploração de massas minerais – <b>pedreiras</b>  |   | Municípios, particulares, empresas...             | Artigo 9.º do DL n.º 270/2001, de 6/10, alterado pelo DL n.º 340/2007, de 12/10<br>Portaria n.º 1083/2008, de 24/9   | 30 dias            |
| Ações em áreas integradas na <b>REN</b>  | Comunicações prévias  | Municípios, EE, particulares, empresas...         | Artigo 22.º e 24.º do DL n.º 124/2019, 28/8 (RJREN)<br>Artigo 13.º-A do DL n.º 136/2014, de 9/9 (RJUE)<br>Portaria n.º 419/2012, de 20/12<br>Portaria n.º 360/2015, de 15/10   | 20 dias            |
|  | Pareceres RJAAR   | Municípios, EE, particulares, empresas...         | DL n.º 96/2013, de 19/7, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 12/2019, de 21/1<br>Artigo 20.º do RJREN   | 20 dias            |
|  | Relevante Interesse Público (RIP)   | Tutela, Municípios, EE, particulares, empresas... | Artigo 21.º do RJREN   | Despacho da tutela |
| Escolha de terrenos para a instalação de <b>cemitérios</b> ou ampliação dos existentes   |   | Municípios, Juntas de freguesia                   | Artigo 1.º do Decreto 44220, de 3/3/1962, na redação do DL n.º 168/2006, de 16/8<br>Portaria n.º 314/2010, de 14/6   | 30 dias            |
| Apreciação de assuntos relacionados com operações urbanísticas, no âmbito de <b>medidas preventivas</b> que se encontrem legalmente estabelecidas face à suspensão parcial ou total de um PMOT |   | Municípios  | Publicação em DR através de Aviso<br>Artigo 13.º-A do RJUE<br>Portaria n.º 314/2010, de 14/6   | 20 dias            |
| Apreciação de pedidos de desafetação de áreas submetidas ao <b>regime florestal</b>  |   | ICNF, IP, Municípios, particulares, empresas...   | Despacho Conjunto, de 15/2/91 (DR II Série, de 6/3)<br>Portaria n.º 314/2010, de 14/6  | 30 dias            |
| Apoio técnico a <b>autarquias</b>  |   | Municípios  | Despacho 16709/2007, de 31/7 (DR 2.ª Série, n.º 146)<br>N.º III–2 da Portaria 314/2010, de 14/6  | 30 dias            |
| Operações urbanísticas, em razão da localização - <b>SIRJUE</b>  | Decisões  | Municípios, EE, particulares, empresas...         | Artigo 13.º do RJUE<br>Artigo 13.º-A do RJUE<br>Artigo 13.º-B do RJUE<br>Portaria n.º 216-A/2008, 3/3<br>Legislação que sustenta os pareceres das EE   | 5 dias             |
|  | Pareceres   | Municípios, EE, particulares, empresas...         | Artigo 13.º do RJUE<br>Artigo 13.º-A do RJUE<br>Portaria n.º 349/2008, de 5/5<br>Portaria n.º 113/2015, de 22 de Abril<br>Portaria n.º 216-A/2008, 3/3<br>Portaria n.º 314/2010, de 14/6<br>Portaria n.º 360/2015, de 15/10  | 20 dias            |
|  | Conferências Decisórias   | Municípios, EE                                    | Artigo 13.º-A do RJUE<br>Portaria n.º 349/2008, de 5/5<br>Portaria n.º 216-A/2008, 3/3   | 20 dias            |
| Parecer de localização sobre <b>operações de deposição de resíduos em aterro</b>   |   | Municípios, EE, particulares, empresas...         | N.º 1 do artigo 16.º do DL n.º 183/2009, de 10/8, alterado pelo DL n.º 84/2011, de 20/6, e pelo DL n.º 88/2013, de 9/7<br>Portaria n.º 314/2010, de 14/6   | 20 dias            |
| Pedidos de viabilidade da localização de <b>unidades de gestão de resíduos</b>   |   | Municípios, EE, particulares, empresas...         | N.º III – 3.3 da Portaria n.º 314/2010, de 14/6  | 30 dias            |
| Parecer sobre <b>Planos de Gestão Florestal</b>  |   | ICNF, IP, Municípios, particulares, empresas      | N.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2010, de 22 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro | 15 dias            |
| Pareceres sobre localização de <b>centros eletroprodutores</b>   |   | Municípios, EE, particulares, empresas...         | Alínea j) do n.º 1 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23/08, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3/6, com retificações dadas na Declaração de Retificação n.º 36/2019, de 30/07.<br>Portaria n.º 314/2010, de 14/6                                      |                    |
| Pareceres sobre localização de <b>sistemas de abastecimento de gases combustíveis canalizados</b>  |   | Municípios, EE, particulares, empresas...         | N.º 4 e 5 do artigo 2.º do DL n.º 232/90, de 16/7, alterado pelo DL n.º 7/2000, de 3/2<br>Portaria n.º 314/2010, de 14/6   | 30 dias            |
| Representação da CCDRC na <b>ERRAN Centro</b>  | Pedidos de parecer sobre utilizações não agrícolas de solo integrado em áreas de <b>RAN</b> ; | ERRANC, EE, Municípios, particulares, empresas... | DL n.º 73/2009, de 31/4, na redação dada pelo DL n.º 199/2015, de 16/9<br>Portaria n.º 162/2011, de 18/4   | 25 dias            |

**AÇÕES COM INTERVENÇÃO DA CCDR CENTRO NO ÂMBITO DA GESTÃO TERRITORIAL**

| Atividades                             |   | Entidades/externas<br>internas   | Âmbito legal da consulta  | Prazo legal |
|--|---|--|---|-------------|
| Regularização de atividades económicas | i) Revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras)<br>ii) Aproveitamento de depósitos minerais<br>iii) Instalações de resíduos da indústria extrativa   | <u>Entidade licenciadora:</u><br>i) URTMEE ou Município;<br>ii) DGEG;<br>iii) URTMEE ou DGEG,<br><br><u>Outras:</u><br>CCDRC e as entidades que tutelam as servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que interferem com a pretensão | ◦ DL n.º 165/2014, de 5/11, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19/7<br>◦ Portaria n.º 68/2015, de 9/3<br>◦ Artigo 5.º do DL n.º 270/2001, de 6/10, alterado pelo DL n.º 340/2007, de 12/10 |             |
|  | <b>Estabelecimentos industriais</b>   | <u>Entidade Coordenadora:</u><br>URTME, Município, DGEG ou DRAPC<br><br><u>Outras:</u><br>CCDRC e as entidades que tutelam as servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que interferem com a pretensão                              | ◦ Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5/11, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19/7<br>◦ Portaria n.º 68/2015, de 9/3   |             |
|  | <b>Explorações pecuárias</b>  | <u>Entidade Coordenadora:</u><br>DRAPC<br><br><u>Outras:</u><br>CCDRC e as entidades que tutelam as servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que interferem com a pretensão  | ◦ DL n.º 165/2014, de 5/11, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19/7<br>◦ Portaria n.º 68/2015, de 9/3  |             |
|  | <b>Operações de gestão de resíduos</b>  | <u>Entidade Licenciadora:</u><br>APA (ANR) ou CCDRC (ARR)<br><br><u>Outras:</u><br>CCDRC e as entidades que tutelam as servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que interferem com a pretensão                                     | ◦ DL n.º 165/2014, de 5/11, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19/7<br>◦ Portaria 68/2015, de 9/3<br>◦ DL 178/2006, de 5/9, alterado pelo DL n.º 152-D/2017, de 11/12                      |             |
|  | <b>Estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio</b> | Entidade Licenciadora/coordenadora<br><br><u>Outras:</u><br>CCDRC e as entidades que tutelam as servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que interferem com a pretensão  | ◦ DL n.º 165/2014, de 5/11, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19/7<br>◦ Portaria n.º 68/2015, de 9/3  |             |
| Outras representações da CCDRC         | Pedido de autorização de instalação ou alteração de grandes superfícies comerciais e de conjuntos comerciais (área bruta locável ≥ 8000m²) (RJACSR)   | Dir. Geral Activ. Económicas, Município e CCDRC  | DL n.º 10/2015, de 16/01, alterado pela Lei n.º 15/2018, de 27/03   |             |
|  | Comissão Municipal da Defesa da Floresta  | CCDRC, DRAPC, ANPC...  | DL nº 14/2019, de 21/1  |             |

**AÇÕES COM INTERVENÇÃO DA CCDR CENTRO NO ÂMBITO DA GESTÃO TERRITORIAL**

| Atividades   |  | Entidades/externas<br>internas                              | Âmbito legal da consulta   | Prazo legal |
|--|--|---|--|-------------|
|  | Comissão Distrital de Protecção Civil                      | Municípios, GNR, ICNF, ANPC...                              | Lei de Bases da Protecção Civil - Lei n.º 27/2006, de 3/7, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, 30/11 e pela Lei n.º 80/2015, de 3/8 |             |
|  | Territórios Comunitários - Baldios                         | Municípios, J. freguesia, Associação de compartes, ICNF ... | Lei n.º 68/93, de 4/9, alterada pelas Leis n.º 89/97, de 30/7 e n.º 72/2014, de 2/9, e Retificação n.º 46/2014, de 29/10               |             |
|  | Interlocutor, junto da SEAL, sobre o SIRJUE                | DGAL  |  |             |
| Ações de sensibilização/divulgação   |  | Municípios, DGAL, EE,...                                    |  |             |
| Outros contributos externos  | Alterações legislativas                                    | Tutela  |  |             |
|  | Informações diversas                                       |   |  |             |
|  | Atendimento ao cidadão                                     | Cidadãos, Municípios, Empresas, EE, Unidades Orgânicas      |  |             |
| Contributos internos para outras unidades orgânicas da CCDRC na área da gestão territorial | Operações de Gestão de Resíduos                            | DLPA  | Artigos 28.º e 32.º do DL n.º 178/2006, de 5/9, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017 de 11/12                                      |             |
|  | Planos de Gestão de Lamas                                  | DLPA  | N.º 7 do artigo 15.º e n.º 1 do artigo 16.º do DL n.º 276/2009, de 2/10  |             |
|  | Processos sujeitos a AIA                                   | DAA   | DL n.º 152-B/2017, 11/12<br>Artigo 10.º-A do DL n.º 172/2006, de 23/08 na redação dada no DL n.º 76/2019, 03/09                        |             |
|  | Esclarecimentos/entendimentos/comunicação de ações ilegais | DSF/DSAJAL  |  |             |
|  | Indicadores Datacentro                                     | DSDR  |  |             |
|  | Portal CCDRC   | DTCI  |  |             |
| Outros contributos internos  | Adequação às Bases de dados REN e RJUE                     | Tutela, Municípios, EE...                                   |  |             |

RJACSR - Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração

DRAPC - Direção Regional de Agricultura e Pesca do Centro

ICNF,IP - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

EE - Entidades Externas

RJAAR - Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização

URTMEE - Unidade de representação territorial do Ministério da Economia e do Emprego competente ou sociedade gestora da ZER